



Prosa & Verso

A versão digital do suplemento literário de O Globo

prosaonline@oglobo.com.br

Enviado por Miguel Conde -

19.02.2011

10h00m

Mauricio de Abreu fala sobre o Rio dos séculos XVI e XVII

Nos 15 anos em que se dedicou, como quem monta o mais impossível quebra-cabeça, a reconstituir a feição assumida por um modesto povoado tropical entre os anos de 1502 e 1700, o geógrafo Mauricio de Almeida Abreu percorreu uma extensão milhares de vezes superior à de seu objeto de estudo. Da Cidade Nova ao Vaticano, passando por Lisboa e Paris, esse professor da UFRJ vasculhou arquivos e bibliotecas recolhendo um conjunto enorme e a princípio caótico de informações sobre os dois primeiros séculos de existência do Rio de Janeiro. Meticulosamente organizados e reunidos nas 912 páginas de "Geografia Histórica do Rio de Janeiro" (Andrea Jakobsson/Prefeitura do Rio), os dados formam um painel inédito em seus detalhes e abrangência da infância da cidade e seu entorno, examinando seu desenvolvimento, divisão de terras, economia e articulação com as rotas comerciais da época. Abreu conversou com O GLOBO sobre o livro, que será lançado segunda-feira às 19h num debate com o autor e os pesquisadores João Fragoso, Mariza de Carvalho Soares e Fania Fridman na Livraria da Travessa do Shopping Leblon. Segue abaixo a íntegra da entrevista, publica em versão editada no caderno deste sábado.

Quais são, em linhas gerais, as transformações do Rio no período estudado, e como elas determinaram os marcos temporais do seu trabalho?

Nossa análise abrange o período que se estende de 1502, ano em que surgem as primeiras informações sobre a baía de Guanabara, à virada do século XVII para o XVIII, quando a emergência das Minas Gerais provoca uma mudança substancial no espaço e na economia colonial brasileira. Como a cidade de São Sebastião só foi fundada em 1565, os primeiros capítulos tratam da luta pelo controle territorial da

Guanabara, que lhe antecedeu. A virada do Seiscentos para o Setecentos, por sua vez, marca o ponto final do estudo, pois separa um lugar relativamente pobre e fundamentalmente canavieiro, uma capitania que não era mais que um território secundário no contexto colonial, de um Rio de Janeiro que ainda se manterá canavieiro, mas que agora vai se tornar também - e principalmente - um grande exportador de ouro e importador de escravos, articulador de fluxos comerciais outrora inimagináveis.

A geografia brasileira, em seu processo de construção acadêmica, exacerbou a "ditadura do presente" e o resultado disso foi que inúmeras questões importantes sobre o passado deixaram de ser feitas. Este trabalho vem contribuir para que essa postura seja rapidamente deixada para trás, mas o caminho a percorrer ainda é longo.

O principal objetivo deste livro é discutir o processo de produção do território que esteve sob a jurisdição da cidade e da capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. Mais especificamente, o que se intenta é analisar criticamente o processo histórico de construção desse antigo espaço colonial, identificando suas forças propulsoras, seus principais agentes, os conflitos e contradições sociais que engendraram e sua expressão espacial. O que se pretende, em última instância, é realizar um grande esforço de análise e de síntese, que integre processo social e forma espacial e que dê sentido ao processo de formação de um lugar, no caso, o Rio de Janeiro colonial. A opção por um período dessa amplitude implica uma pesquisa muito longa, bem ao contrário de projetos que envolvem apenas alguns anos. Assim, nosso trabalho desdobrou-se por mais de quinze anos, com minuciosos mapeamentos e análises de dados inéditos na historiografia e na geografia histórica relativas ao Rio de Janeiro. Mas, confesso, foi difícil saber onde parar, até por que, inicialmente, a pesquisa se concentraria em outro período histórico, no século XIX, e o período colonial constituiria apenas uma introdução. Ao contrário do que se propagava, da destruição de quase todos os documentos relativos ao Rio de Janeiro do século XVII, no incêndio de 20 de julho de 1790, acabei conseguindo recuperar muitas pistas que me permitiram, em alguns pontos, introduzir novas leituras sobre esse período. Além da questão da delimitação histórica tive também que enfrentar alguns dilemas em termos da delimitação espacial, geográfica, inicialmente restrita ao atual espaço do município do Rio de Janeiro, mas que não fazia sentido para aquela época, e que acabou se estendendo para todo o entorno da baía de Guanabara, com algumas "incursões" pelas capitanias vizinhas, como a de Cabo Frio, que acabava em grande parte subordinada à do Rio de Janeiro.

Quais foram as fontes mais importantes para seu trabalho?

As mais importantes fontes utilizadas na elaboração deste trabalho foram os antigos livros de notas dos cartórios do Rio de Janeiro, que estavam guardados no Arquivo Nacional. Num período de dez anos, incluídas as interrupções, pude ler e fichar todos os livros de escrituras dos cartórios de notas fluminenses ainda

existentes (muitos tinham se perdido ou estavam fora de consulta), esforço que envolveu o levantamento de aproximadamente 500 livros cartoriais e exigiu a leitura de dezenas de milhares de escrituras. Inicialmente foi difícil ter acesso à documentação cartorial, que é interdita, pois está em péssimo estado de conservação, mas em 1998-99, sobretudo, eu consegui autorização para ter acesso à documentação, numa sala especial. Também utilizei o Arquivo da Cidade, que foi muito afetado pelo incêndio de 1790, mas onde ainda há documentação colonial. Quero destacar que, embora este livro se refira aos séculos XVI e XVII, o levantamento cobriu todo o período colonial, até 1822. Enquanto os livros de escrituras do Arquivo Nacional iam sendo levantados, uma outra decisão, de igual importância, foi tomada: investigar o que havia nas caixas dos chamados "documentos avulsos" da capitania do Rio de Janeiro no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal. Em 1995, quando lá cheguei, existiam mais de duas centenas de caixas sem qualquer catalogação. Trabalhei ainda em vários outros arquivos, como o Arquivo da Companhia de Jesus, no Vaticano, e também em várias bibliotecas onde tive acesso a obras raras indispensáveis à elaboração do trabalho, como a Biblioteca Nacional, em Paris. Foi um verdadeiro quebra-cabeças, mas muitas informações puderam ser recuperadas. Descobri que era possível entrar nesse passado distante, especialmente o Rio de Janeiro do século XVII, a partir de informações dispersas nos diversos fundos documentais que precisavam, de certa forma, serem colocadas juntas, porque elas acabavam se encaixando. Posso garantir que muita coisa não consegui fazer, é claro, mas muita coisa que eu não imaginava fazer, logrei fazê-lo com bastante sucesso, sobretudo no caso da identificação e da caracterização do mundo açucareiro fluminense, que é uma das maiores contribuições deste trabalho.

Ao lado das fontes escritas outro aspecto importante foi o levantamento da iconografia de época e posterior relativa ao período e tema estudados. Mapas e obras artísticas foram cuidadosamente catalogadas ao longo dos anos e puderam, depois de grande esforço editorial no sentido de conseguir todas as autorizações necessárias, constar da presente edição. Gráficos e mapas da distribuição dos engenhos elaborados ao longo da pesquisa constituem ainda um componente básico do trabalho que servirá de fonte para outros pesquisadores interessados no tema.

Seu texto consolida informações dispersas e revela muitos dados novos sobre o Rio dos séculos XVI e XVII. Quais o senhor destacaria como mais relevantes?

É difícil resumir em poucas linhas as contribuições do trabalho. Tentarei comentar algumas delas. Começando pelo século XVI, a capitania do Rio de Janeiro, incrustada na capitania de São Vicente, é uma capitania muito pequena, mas singular: a partir de sua consolidação como cidade por Mem de Sá, em torno do Morro do Castelo, em 1567, o "Termo da Cidade de São Sebastião" coincidia com a capitania, um entorno de cerca de 40 quilômetros continente a dentro, território sobre o qual a cidade tem jurisdição. Espaço restrito, mas singular: desde o início o Rio de Janeiro é uma cidade real. No livro apresento um debate sobre a indenização

requerida no século XVII pelos herdeiros de Martim Afonso de Souza, capitão de São Vicente, capitania à qual o Rio de Janeiro deveria pertencer, que reivindicavam esse pedacinho de terra que a Coroa tomara para si. É uma discussão que até hoje não vi sendo discutida, porque na verdade a capitania era de Martim Afonso, e quem tinha que defendê-la, especialmente dos franceses, era ele, o capitão... e ele não o fez. Coube à Coroa recuperar esse território e há um "imbróglio" nessa época sobre se aquilo foi uma re-apropriação ou uma espoliação. Assim, o Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII já começa como uma cidade real, em que o donatário não tem ingerência, em que os governadores são determinados pela Coroa. Aos poucos, nessa condição, ela passou a ser utilizada também como base da administração direta colonial, com a repartição, ainda no século XVI, do governo colonial em dois, o do Norte, sob o comando de Salvador, e o do Sul, de forma efêmera e temporária exercido pelo Rio de Janeiro.

Sobre a "França Antártica", a presença francesa no Rio de Janeiro, não apresento propriamente uma leitura nova, pois utilizei as fontes já existentes, mas o enfoque é inovador, penso, na medida em que me preocupei em detalhar a análise da organização espacial do território, que não é frequente entre os historiadores que abordaram o tema.

Na segunda parte do livro, "A apropriação do território e a formação da sociedade colonial: agentes, ritmos e conflitos", enfoco a apropriação através do sistema sesmarial, que desconsiderava completamente a presença dos indígenas. Foi a transferência para o Brasil da forma como se deu o domínio do sul de Portugal no período da reconquista cristã, mas que aqui sofreu modificações. Aqui havia "sesmarias de terras", dadas aos "sesmeiros" (em Portugal sesmeiro era quem concedia a terra), para a produção agrícola, e "sesmarias de chão", os chãos dados para a construção de vilas e cidades - e sobre essas é que temos pouca informação, mas que este trabalho conseguiu trazer algumas novidades. Aqui, as sesmarias foram doadas à própria Cidade, enquanto pessoa jurídica, às corporações municipais e religiosas (jesuítas, beneditinos, carmelitas...). Começam aí, também, os conflitos de apropriação.

Também há informações novas sobre os engenhos que tinham papel fundamental para a economia da cidade. Qual era a extensão da economia do açúcar no Rio?

Uma das principais contribuições do trabalho é em relação ao Rio de Janeiro açucareiro do século XVII, sobre o qual se sabe muito pouco. Nesse ponto o livro traz muita informação nova. Porque até hoje sabe-se que o Rio de Janeiro exportava açúcar e que não era tão grande exportador como a Bahia ou Pernambuco antes da conquista holandesa. Mas não sabíamos nada, ou quase nada, sobre quem eram, onde se situavam e quantos engenhos existiam, que força de trabalho utilizavam, enfim, informações sobre essa economia açucareira que não foi desprezível, ao contrário. Depois de um trabalho intenso no arquivo dos jesuítas, no Vaticano, em 1999, consegui identificar mais de 161 engenhos no Rio de Janeiro do século XVII. Mapas inéditos estão no livro. A partir dessas informações fiz algumas análises, que são novas, do tamanho dos engenhos. Pude

corroborar a hipótese sobre a grande crise econômica do século XVII, século de crise na Europa, de que aqui, por um certo grau de autonomia da economia colonial frente à conjuntura mundial, não houve essa repercussão toda. A melhor prova é que, ainda que não fossem grandes engenhos, o número de engenhos no Rio de Janeiro não parou de crescer ao longo do século XVII. Além de nomear quase que um a um esses engenhos, pude também localizar com bastante aproximação onde se encontravam. Consegui ver que o Rio de Janeiro açucareiro era sobretudo o que hoje chamamos Irajá, São João de Mereti, Deodoro, Realengo e, sobretudo, São Gonçalo. Descobri também a localização do "Porto dos Franceses", na "banda d'além" (atuais Niterói e São Gonçalo), que provavelmente foi a área onde alguns franceses permaneceram depois da derrota da França Antártica para Portugal.

Em que a medida a própria geografia da cidade foi transformada nesse período?

Para trabalhar com a geografia urbana, tivemos de trabalhar com as sesmarias de chãos, cujas informações são quase totalmente inexistentes. Então para trabalhar com a cidade original sobre o Morro, mais tarde chamado do Castelo, foi necessário trabalhar com muito poucas fontes documentais. Mas consegui recuperar o que deveria ser a forma urbana original e o retalhamento territorial original no alto desse outeiro. Na realidade eu não consegui fazer um mapeamento final, único, porque a documentação é tão carente que cheguei à conclusão de que a cidade poderia ter três formas, sobretudo quando se trata do muro. A cidade era murada, no alto do morro. Mas produzi três mapas conjecturais: num há um muro contínuo, no outro um muro apenas aberto em uma parte, em outro, aberto em duas partes. Descobri a existência de uma porta e a localizei. Descobri também, com a ajuda de um professor português, o que era o "trasto" da cidade - uma palavra que ninguém ouvira falar, nem no Brasil, nem em Portugal. Na pouca documentação existente ainda aparece nove vezes. Descobrimos que era uma área de derrubada de mata - o morro era todo florestado - na base, no sopé do morro. Todo o sopé do morro foi desbastado da vegetação original para que pudesse ser melhor controlado lá do alto. Na realidade essa palavra não existe em português, é um neologismo. Segundo o professor Rafael Moreira é uma mistura de uma palavra italiana chamada "guasto", que virou "trausto", enfim, que é introduzida por engenheiros militares portugueses que estudaram na Itália à época de Dom Sebastião e que, para "falar difícil", como dizia o referido professor, começaram a introduzir palavras novas e a chamar o "trauto" de trasto, que seria a junção dos termos português e italiano.

O senhor afirma que a cidade se expandiu antes e de modo mais organizado do que se pensava. Poderia falar sobre isso?

Como o mapeamento e a discussão que é feita sobre a expansão da cidade em direção à várzea, provo que estão errados todos aqueles que falam que o Rio de Janeiro ficou em cima do morro durante todo o século XVI. A cidade ocupa a várzea. A cidade baixa, ela é praticamente concomitante à ocupação da cidade alta. E já há conflitos nessa cidade baixa desde o início. Nesta parte faço uma discussão

sobretudo com os arquitetos que têm trabalhado com morfologia urbana. Provo com vários documentos como as ruas foram abertas com critério, com medição, com cordeamento, com lavragem de documentos cartoriais. Ou seja, a ideia de que a cidade portuguesa se enlaça na paisagem e que não tem método algum, que vem do "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Hollanda, não se aplica. O próprio Sérgio Buarque de Hollanda neste capítulo de seu livro diz que isso não se aplica ao Rio de Janeiro. Mas essa ideia acabou sendo generalizada para a cidade colonial portuguesa no Brasil. Mas Sérgio Buarque de Hollanda está falando dos arraiais, dessas cidades do interior, não das cidades reais. Salvador tem um plano extremamente regular. E regular não é sinônimo de ortogonalidade. Isso é importante também. Você pode ter um plano regular sem ser ortogonal e é o que ocorria nas cidades brasileiras, muitas das quais tiveram planos triangulares, como São Paulo, Piratininga e Vitória. E o Morro do Castelo. O plano lá em cima deste outeiro acabou sendo triangular.

O que a identificação dos donos das residências da cidade, feita pelo senhor, mostra de novo sobre a sociedade carioca daquela época?

Outra inovação do trabalho em termos de geografia urbana foi mostrar onde ficavam as residências urbanas dos senhores de engenho cristãos-novos. Já há importantes trabalhos sobre os cristãos-novos e judeus no Rio de Janeiro, mas pouco abordando essa perspectiva geográfica. Já se sabia que eles estavam concentrados em duas áreas produtoras de açúcar, Irajá e São Gonçalo. Mas não se sabia onde tinham suas residências urbanas nesse período. Pois descobri a provável estratégia de proximidade que essas famílias utilizavam em suas residências, tanto no campo quanto na cidade. Ao contrário de alguns autores, que falam da mistura de usos e classes sociais na cidade colonial, percebe-se claramente que no Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII não é bem assim.

Que dados desmentem essa crença na mistura de diferentes classes no espaço urbano do Rio no período?

Por exemplo, os senhores de engenho têm casas em toda a cidade na área urbana, que é pequena. Porém, eles estão predominantemente no setor Sul da cidade (consegui dividir a cidade em setores norte e sul). Muito menos no setor Norte. E os artesãos? Os oficiais mecânicos? Eles estão na cidade toda, também, mas estão predominantemente no setor Norte. Alguns usos estão concentrados em setores e eu chego à conclusão de que, na realidade, inclusive os ofícios mecânicos, os - vamos dizer assim, os ofícios de maior status - ourives, alfaiates - estão mais em certas áreas do que em outras, o que mostra que o Rio de Janeiro, apesar de ser muito pequeno (fisicamente) - no final do século XVII não atinge nem a rua Uruguaiana atual - , era uma cidade, não em que tudo se misturasse, mas em que as classes mais poderosas, inclusive artesanais, estavam concentradas, enquanto outras estavam menos concentradas.

De que maneira se deu o processo de conquista da região, especialmente na relação dos portugueses com os povos indígenas?

Esta é uma relação complexa, que se dá em ritmos diferentes ao longo do tempo e segundo a região e os grupos indígenas envolvidos. O lado ocidental da baía de Guanabara, por exemplo, onde a cidade foi instalada, foi o primeiro espaço onde os índios foram rapidamente expulsos ou dizimados ou aculturados em aldeamentos. Em compensação, eles permaneceram por mais tempo na "Band'Além" (atuais municípios de Niterói e São Gonçalo) e na área de Cabo Frio - onde representava um risco o apoio dos tamoios aos franceses - que, não podemos esquecer, também com apoio indígena, permaneceram por 5 anos (1555-1560) em seu malogrado projeto da "França Antártica" na baía de Guanabara. A apropriação se dava lentamente na segunda metade do século XVI até que, em 1575, os índios tamoios foram dizimados e expulsos em Cabo Frio, num verdadeiro genocídio. Outra resistência importante, a dos goitacás, mais ao norte, só foi definitivamente dominada na segunda e terceira décadas do século XVII, e com fortes indícios de envolver também a difusão de epidemia. O povoamento seguia especialmente os vales fluviais, em direção à serra, já que o grande meio de locomoção era o mar e os rios. Assim como deram suporte aos franceses, os aldeamentos indígenas também tiveram importante papel auxiliando os portugueses na defesa do território, na "retaguarda" da Guanabara, de Cabo Frio à baía de Ilha Grande. Não se pode esquecer que os indígenas também eram dominados e utilizados como mão-de-obra escrava. Mesmo sem muita informação, reunindo várias informações dispersas, foi possível reconhecer que, no Rio de Janeiro, a escravidão é predominantemente indígena no século XVI, mas já no século XVII começa a escravidão negra, africana, que acaba se impondo na segunda metade daquele século. Isso vai contra algumas interpretações que dizem que o Rio de Janeiro do século XVII ainda era baseado em força de trabalho majoritariamente indígena.

Que fatores impulsionaram a expansão da cidade nesse período? Quais foram os principais grupos responsáveis por esse processo, e quais os conflitos surgidos entre eles?

Como já destacamos, conflitos de apropriação na cidade do Rio de Janeiro começaram com a própria doação de sesmarias ("sesmarias de chão", para uso urbano), entre sesmeiros, jesuítas e a Câmara, enquanto corporação municipal, mas também entre as diversas ordens religiosas que também recebiam terras. Dentre eles o mais importante foi, sem dúvida, aquele entre a Companhia de Jesus e a municipalidade, desde que Estácio de Sá doou à municipalidade terras que se sobrepunham às que já havia doado aos jesuítas. As primeiras sesmarias são dadas ainda pelo Capitão de São Vicente, antes da conquista, que depois são anuladas, provavelmente - pois não há documentos sobre isso. Há conflitos, portanto, com São Vicente, cujos donatários jamais abdicaram do direito que originalmente tinham sobre as terras que constituíam a capitania real. É depois da cidade fundada, no sítio original de Estácio de Sá, no sopé do Pão de Açúcar, que toda a área que margeia a baía de Guanabara, ou grande parte dela, é doada - mesmo que não pudesse ainda ser ocupada, pois os indígenas estavam lá - e, em determinado momento, com alguns franceses a lhes ajudar... A apropriação formal ou "de jure", que continha muitas imprecisões de limites e rumos, entra em conflito

com a apropriação real, efetiva. Em algumas áreas, como os vales com cursos d'água, a ocupação é mais rápida, em outras é muito mais lenta. Temos notícias de conflitos em 1573, em 1574. Na década de 1570 já começam conflitos de apropriação entre sesmeiros, entre a Câmara e sesmeiros, na passagem para o século XVII entre a Câmara e os jesuítas. Acompanhar a ocupação do território é acompanhar, obrigatoriamente, os conflitos que decorrem desse processo. Esses conflitos têm um papel importante para o pesquisador, pois geraram muitos documentos: muita reclamação foi enviada para Lisboa, muita coisa foi escrita em cartório e, mesmo muitos documentos tendo desaparecido, outros ficaram. E eles trazem também informações sobre o território, muita coisa é explicada sobre a demarcação de terras, topônimos utilizados, tipo de organização agrária.

Como o Rio se inseria nas rotas comerciais do império português, e que outras relações econômicas relevantes a cidade possuía?

Toda a parte III do livro, com quase 200 páginas, refere-se a "O Rio de Janeiro e o sistema atlântico" onde é analisada a inserção do Rio de Janeiro na economia-mundo, com a importância, especialmente, da economia açucareira e seus desdobramentos. Após um breve período em que, a exemplo de outras áreas litorâneas, o Rio de Janeiro se engajou na extração e comércio do pau-brasil, iniciou-se a atividade canvieira, embora, pela maior distância da metrópole e pelos problemas de transporte, coubesse ao Rio uma condição secundária em relação às "capitanias de cima", muito mais privilegiadas nesses aspectos. Outro comércio fundamental no final do século XVI foi com o Prata, quando o Rio passou a prover Buenos Aires e os interesses contrabandistas de Potosí de mercadorias europeias e de escravos africanos. De lá recebia sobretudo charque e trigo e muitos recursos que acabaram sendo investidos na cidade. Mesmo com a proibição oficial do comércio com o Brasil, em 1594, o contrabando era intenso, comandado especialmente por portugueses cristãos-novos. Durante certo tempo, especialmente nas quatro primeiras décadas do século XVII, o Rio de Janeiro ocupou um lugar excepcional no tráfico negreiro entre Angola e Buenos Aires, ajudando a acobertar sua própria ilegalidade e estabelecendo um ativo comércio triangular no Atlântico Sul. Viria logo depois, entretanto, a desestruturação dessa rede de contrabando, especialmente com a fundação da Companhia das Índias Ocidentais pelos holandeses, que atacaram o comércio português e invadiram a Bahia, em 1624, Pernambuco, em 1630 e Luanda, em 1641. Luanda foi retomada em 1648, mas nunca mais o tráfico com Buenos Aires voltou a ser o mesmo. A esses efeitos negativos veio se somar, finalmente, o impacto da entrada das Antilhas no mercado do açúcar, a instituição do sistema de frotas na Colônia e as perdas materiais e humanas causadas por intempéries e epidemias. Com a falta de numerário, até o açúcar passou a servir de moeda durante algum tempo. A cidade só voltaria ao dinamismo do segundo quartel do século XVII com a descoberta do ouro nas Minas Gerais. Mas esta já é uma outra história...

Como o comércio de açúcar transformava a vida na cidade?

Eu concluo o livro comentando documentos riquíssimos, três cartas enviadas pelo monge beneditino Mauro da Assunção, filho do negociante Francisco Frade, em 1669, ao príncipe D. Pedro, que há pouco assumira o trono com o afastamento do rei D. Afonso VI. Ali aparece claramente como a cidade do Rio de Janeiro do século XVII dependia do comércio açucareiro e via o seu cotidiano profundamente modificado com a chegada das frotas de navios que comercializavam o açúcar. Era quase como se se desenhasssem, durante o ano, duas cidades: aquela marcada pelo ritmo pacato das atividades militares, artesanais e comerciais rotineiras, e a cidade agitada, quase turbulenta, do período - algumas semanas - em que as frotas permaneciam na cidade. A vida da cidade, assim, era regulada pela chegada anual da frota de navios que vinha de Portugal. Os navios geralmente chegavam em maio e partiam para a Bahia em julho, para se incorporarem ao restante da armada. Seu objetivo principal era levar o açúcar em segurança para o reino. Mas era também uma ocasião de chegada de novas mercadorias, movimento de pessoas, cartas, notícias. Como o açúcar não tinha valor enquanto a frota não chegasse e houve ano em que não veio, os negociantes da terra adiavam a compra junto aos produtores o mais que podiam, e quando o faziam, era por preço tão baixo, que as receitas pouco compensavam os esforços despendidos na produção. A chegada da frota alterava o cotidiano da cidade e da capitania de forma radical. Como a navegação era governada pelo sistema de ventos predominantes, os navios não podiam se demorar muito no Rio, sob risco de terem de permanecer aí o restante do ano. Por isso, tão logo fundeavam os barcos, o governador lançava bandos pelas ruas da cidade, determinando prazo para o apresto e partida da frota. Esse era um momento único. Nas poucas semanas de permanência da frota, as áreas rurais se agitavam com os preparativos finais do transporte da produção açucareira e a pequena urbe se eletrizava com o frisson que invadia seu pacato cotidiano e alterava seus ritmos de vida. Havia, com efeito, que fazer muita coisa e com rapidez. Em primeiro lugar, os navios precisavam ser reparados e abastecidos para a viagem de volta, daí porque era necessário acelerar o ritmo de trabalho de calafates, cordoeiros, carpinteiros da ribeira, tanoeiros, serralheiros, ferreiros, caldeireiros e outros tantos artesãos; o mesmo acontecia com o uso da força de trabalho escrava, tanto dos cativos que labutavam nas tendas dos oficiais mecânicos urbanos, como daqueles que operacionalizavam as etapas de transporte e embarque da produção. Enquanto isso, a azáfama era grande nos cartórios da cidade, aos quais afluíam todos aqueles que precisavam fazer procurações a terceiros ou lavrar documentos a serem remetidos com a frota. Os controles urbanos também se intensificavam. Com tantos homens do mar circulando pelas ruas, esse era um período em que os distúrbios públicos aumentavam, assim como a vigilância e a repressão por parte das autoridades. Com a partida dos navios para Portugal, a cidade e seu termo voltavam ao seu ritmo costumeiro, marcado, de um lado, pelas atividades urbanas tradicionais e, de outro, pela atividade canavieira, que dava sustentação econômica à capitania desde o seu início e que era complementada por uma produção alimentar crescente. Como a próxima safra já estava em andamento, não havia tempo para descanso, poisurgia dar prosseguimento aos trabalhos iniciados e torcer para que a próxima colheita fosse aquinhoada com bons tempos e protegida de pragas e de epidemias

